

ATAS

Ata nº 12/2021

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Centro Social de Escariz, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral de Associados da Casa do Povo de Escariz, presidida por Paulo António Martins Rodrigues, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- PONTO UM – Análise, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao exercício do ano de dois mil e vinte, bem como o Parecer do Conselho Fiscal;-----

----- PONTO DOIS – Assuntos colocados pela Direção;-----

----- PONTO TRÊS – Assuntos colocados pelos Sócios.-----

----- Esteve ausente Marcelino Gomes Ferreira.-----

----- A reunião teve início com umas palavras de boas vindas aos presentes proferidas pelo presidente da Assembleia, Paulo Rodrigues, que logo de seguida passou a palavra ao presidente da direção, Adelino Machado. Este começou por apresentar um balanço de um ano de pandemia que obrigou a muitos reajustes, alterações, adaptações e adequações ao modelo de funcionamento da instituição. Salientou o acordo conseguido para o número de inscrições na creche, que aumentou para trinta e três crianças, sendo que em fim de outubro estava no limite máximo de crianças. Destacou também o facto da instituição, apesar de se encontrar no pleno da sua capacidade de utentes, não se ter verificado qualquer óbito por Covid-19, tendo sido a primeira instituição no concelho em que utentes e colaboradores foram os primeiros a ser vacinados. Foi um período muito difícil, especialmente para os idosos que durante muito tempo não puderam sair nem ver os familiares. Referiu mais uma vez a mais valia que foi ter o apoio de um psicólogo, um fisioterapeuta e um nutricionista a um custo muito suave, atendendo a que a participação da instituição se ficou apenas em dez por cento. O sucesso para os bons resultados face ao Covid-19 deve-se ao empenho especial e enorme dos funcionários que colaboraram no limite com a direção. -----

ATAS

----- Passou-se de seguida ao primeiro ponto, análise, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao exercício do ano de dois mil e vinte, tendo o contabilista, sr Mário Nogueira, apresentado o relatório e contas, justificando o aumento de despesas com funcionários devido às alterações nos horários a que a situação pandémica obrigou. Assim considera-se um desempenho aceitável face às contingências e que houve uma gestão criteriosa da direção, na pessoa do dr Adelino Machado. As contas foram plasmadas e prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos presentes. Assim quanto às verbas recebidas e por valências, na creche 119 724,98 (cento e dezanove mil setecentos e vinte e quatro euros e noventa e oito cêntimos), e no Lar 534 775,84 (quinhentos e trinta e quatro mil setecentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos). Quanto às despesas na creche 116 961,35 (cento e dezasseis mil novecentos e sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), e no Lar 551 538,73 (quinhentos e cinquenta e um mil quinhentos e trinta e oito euros e setenta e três cêntimos). Desta forma o resultado na Creche foi de um saldo positivo de 2763,63 (dois mil setecentos e sessenta e três euros e sessenta e três cêntimos), no Lar um saldo negativo de -16 762,89 (menos dezasseis mil setecentos e sessenta e dois euros e oitenta e nove euros). Desta forma, referindo-se ao resultado do exercício, o presidente da Direção aludiu a um saldo negativo de -14 004,26 (menos catorze mil e quatro euros e vinte e seis cêntimos), incluindo o imposto sobre o rendimento do período, sendo que as justificações para este resultado foram indicadas anteriormente.-----

----- De seguida, o presidente do Conselho Fiscal, Domingos Primo, apresentou o relatório do Conselho Fiscal relativo ao Relatório e Contas referente ao exercício do ano de dois mil e vinte, tendo o parecer favorável do Conselho Fiscal.-----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Relatório do Conselho Fiscal da Casa do Povo de Escariz a votação, tendo os presentes aprovado por unanimidade-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Relatório e Contas referente ao exercício do ano de dois mil e vinte a votação, tendo os presentes aprovado por unanimidade-----

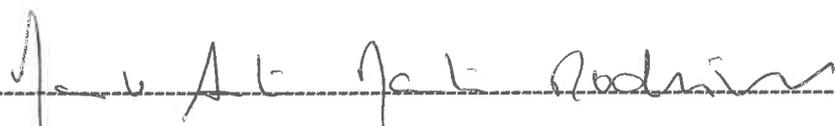
ATAS

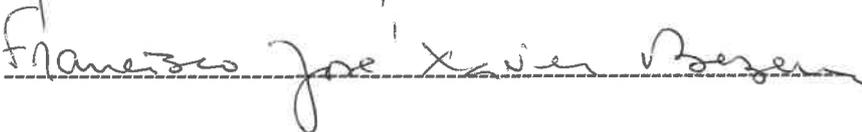
Folha 24

----- No concernente ao ponto três, assuntos colocados pelos sócios, foi proposto um voto de louvor ao presidente da direção, Adelino Machado, pela dedicação, rigor, empenho pessoal na persecução dos resultados conseguidos face à situação extremamente difícil da pandemia. Adelino Machado agradeceu e justificou que estes resultados foram alcançados graças à entrega, grande esforço e abnegação de todos os funcionários que colaboraram sempre em sintonia com a direção.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação o voto de louvor ao presidente da direção, Adelino Machado, tendo os presentes aprovado por unanimidade -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, dela se lavrando a presente ata que, após lida e aprovada, irá ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia -----

-----Presidente: 

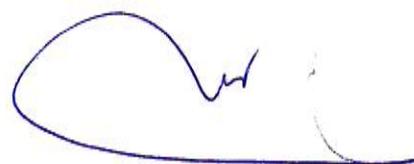
-----1º Secretário: 

-----2º Secretário: -----

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2020

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized loop followed by a few smaller strokes.

1 - Introdução

A CASA DO POVO DE ESCARIZ, com sede social em Rua do Lar, com um fundo social de 8 101,70 €, tem como atividade principal Outras atividades associativas, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CASA DO POVO DE ESCARIZ, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão de 1929, projetando-se que no ano passado o rendimento de cerca de 90 milhões de pessoas tenha caído para valores abaixo dos 2 dólares por dia, especialmente em regiões como a Ásia Meridional e a África Subsariana, e em particular para os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres e emigrantes, levando a uma regressão nos progressos que têm vindo a ser feitos para reduzir os níveis de pobreza extrema, principalmente nos países de baixo rendimento. No conjunto das economias emergentes, o rendimento per capita caiu mais de 90%, o que fez aumentar ainda mais as diferenças entre estes e os países desenvolvidos. Para além disso, o facto de as escolas terem sido fechadas poderá retroceder drasticamente os níveis de acumulação de capital humano.

Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macroprudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma moderada recuperação económica e, de forma a assegurar que esta ainda frágil recuperação acelere e que no longo prazo se transforme num crescimento económico robusto, os legisladores e decisores políticos terão de enfrentar e superar enormes desafios – na saúde pública, na gestão da dívida, na implementação das políticas orçamentais e de reformas estruturais, assim como na gestão dos bancos. Com um foco simultâneo na proteção e apoio dos mais vulneráveis, as políticas a implementar deverão também incentivar uma mudança de propósitos para a criação de um ambiente económico pós-COVID mais forte e sustentável.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do ano 2020, a pandemia COVID-19 impactou severamente as condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados. Juntamente com a incerteza acerca do panorama económico pós-pandemia, estes agentes sentiram-se desencorajados e passaram a tomar medidas mais conservadoras, especialmente no tocante ao consumo e ao investimento.

Esta crise pôs em risco a convergência entre as economias avançadas e em desenvolvimento. Tanto o Banco Mundial como o FMI preveem uma recessão em 2020 tanto nas economias avançadas (-8%) como nas economias em desenvolvimento (-2,6%, -5% excluindo a China), prevendo um PIB per capita negativo em cerca de 95% dos países. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -3,5% do crescimento a nível mundial.

No início da crise pandémica, a incerteza sobre a sua magnitude e impacto económico também se fez sentir nos mercados financeiros, com uma desvalorização abrupta dos ativos, em especial nos de maior risco, como foi o caso das ações e títulos de dívida de menor qualidade creditícia. Mas a adoção de medidas monetárias

rapidamente interrompeu esta volatilidade, tendo-se posteriormente verificado uma valorização nos mercados bolsistas. A tendência de valorização observada nos Estados Unidos após o choque de março foi inicialmente impulsionada pelas empresas tecnológicas. Na área do euro também se observou uma valorização dos principais índices bolsistas, ainda assim abaixo dos valores registados antes da pandemia.

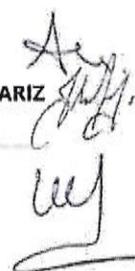
As medidas de confinamento e as limitações à mobilidade internacional tiveram um grande impacto nas companhias aéreas e no turismo. O fecho das fronteiras - que também contribuiu para a disrupção na oferta de bens e serviços - fez colapsar o comércio global que, devido às tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, assim como entre a Europa e o Reino Unido, já começava a registar uma trajetória de contração no final de 2019. No geral, o Banco Mundial prevê que, para 2020 o comércio global se tenha contraído em -9,5%.

A prolongação destas contenções teve também um grande impacto no setor petrolífero, que ainda permanece rodeado de incertezas. Nos primeiros estágios do COVID-19 o preço do petróleo caiu drasticamente, o que levou a OPEP a cortar a produção em aproximadamente 9,7 milhões barril/dia desde abril de 2020 - o maior acordo de corte de produção na história deste setor. Só nos últimos meses do ano é que se começou a verificar uma recuperação, tendo o seu preço médio anual por barril situado nos 41 dólares, o que representa uma queda de 34% face a 2019. Quanto aos restantes bens, na maior parte destes verificou-se uma recuperação nos preços, especialmente dos metais, que conseguiu rapidamente voltar aos seus níveis pré-pandemia, sobretudo devido ao aumento da procura na China.

Nos meses mais recentes, as economias avançadas - em especial os Estados Unidos e vários países da Zona Euro - contabilizaram um aumento de infeções por SARS-Cov2. Nas economias emergentes, o número de novos surtos na Ásia Meridional e Central, na América Latina, nas Caraíbas e na Europa continuou a aumentar. Para aliviar estes efeitos, muitos países foram forçados a manter ou reintroduzir medidas de contenção.

Para mitigar todos estes efeitos, verificou-se uma adoção generalizada de pacotes de estímulos fiscais e monetários, o que levou a uma descida das taxas de juro na maioria das economias avançadas. Também os países emergentes implementaram estes pacotes, mas a adoção destas medidas foi mais limitada em termos de recursos, o que levou a taxas de juros mais elevadas. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, a taxa de manutenção será de -0,526% em 2020. Já nos Estados Unidos, as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses serão de 0,7%.

No tocante às taxas de câmbio, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD continuou o seu perfil descendente até finais de fevereiro onde atingiu os 1,079, tendo-se registado um pico de 1,146 no início de março, seguido de uma forte queda até finais de março, onde atingiu os 1,071. No decorrer do resto do ano registou uma trajetória ascendente, e a 30 de dezembro atingiu o seu valor mais elevado de 1,228. Quanto à cotação EUR/GBP, também se verificou uma continuação do seu perfil descendente até finais de fevereiro, onde atingiu o valor mais baixo do ano de 0,830 e começou então a subir, tendo em meados de março atingido o valor mais elevado de 0,923, registando novamente uma queda até inícios de abril, onde se situou nos 0,879 e, tendo estabilizado a partir desta data, terminando o ano com uma cotação de 0,899.



No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contração nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fosse pelas medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Também os bancos centrais aplicaram medidas de suporte ao crédito e de prevenção de disrupções no mercado financeiro. De acordo com a Comissão Europeia, 80% dos pacotes fiscais criados em 2020 foram somente para responder à pandemia, correspondendo a 4,2% do PIB total da União Europeia (UE). Assim, para o continente europeu o FMI projeta uma contração de -7% do PIB real em 2020 – o seu valor mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

Para a zona euro, o PIB real caiu severamente durante a primeira metade do ano, ainda assim mitigadas pelas políticas adotadas, tanto ao nível geral como de cada país membro, as quais permitiram uma ligeira recuperação no terceiro trimestre de 2020. Contudo, esta recuperação foi rapidamente revertida pelos novos surtos do vírus, que levaram os diversos países membros a reintroduzir medidas de confinamento. Vários setores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no setor produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -8,3%.

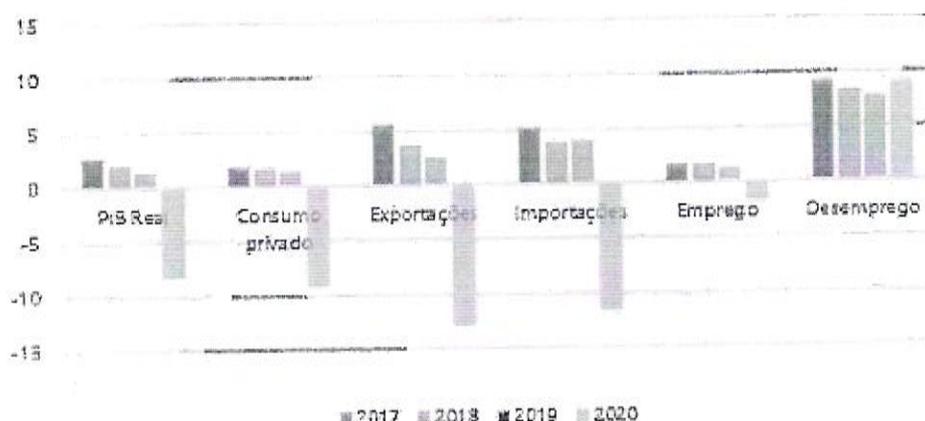
Para esta recuperação contribuíram maioritariamente o consumo privado que, para o conjunto do ano representou um crescimento de -9,2%, assim como as exportações e as importações, com um crescimento de -12,9% e de -11,6%, respetivamente.

O choque da procura na atividade económica mundial gerou uma pressão deflacionária adicional sobre os preços dos bens. Estes dois efeitos contribuíram para uma descida, em termos homólogos, do Índice Harmonizado dos Preços do Consumidor (IHPC) na área do euro, tendo a inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) atingido um mínimo histórico de 0,6%. Para o total de 2020, o Banco Mundial aponta para uma taxa de inflação de 0,3%.

Em relação ao mercado de trabalho, segundo o FMI, a taxa de emprego situou-se nos -1,7%, com uma taxa de desemprego de 8,9%. Ainda assim, o impacto que o COVID-19 teve nos níveis de emprego foi relativamente moderado, devido ao suporte fornecido pelos governos de cada estado membro.

As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos, reflexo das medidas adotadas pelo BCE e pelas autoridades europeias para mitigação do impacto da crise pandémica, em especial no mercado de dívida titulada na área do euro onde, após um momento de perturbação inicial, se observou uma redução das yields para níveis próximos do período pré-pandemia.

Indicadores Macroeconómicos Zona Euro (FMI, dezembro 2020, variação anual em %)



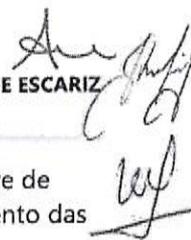
No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de -3,6% para o conjunto de 2020. Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajetória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou. Também a queda do consumo privado e da produção foi mais severa nestes países. Contudo, o suporte macroeconómico ajudou a mitigar o declínio da atividade nestes países. A queda no investimento foi parcialmente contida por diversos pacotes fiscais e por cortes nas taxas de juro, promovendo assim a liquidez e os empréstimos.

2.2 A nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respetivamente. O setor dos serviços - destacando a diminuição sem precedentes das exportações de turismo - foi mais afetado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao setor da construção, ao contrário do verificado na área do euro, este manteve-se resiliente.



A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, o rácio de endividamento das empresas aumentou 5,7%, resultado do aumento da dívida total das empresas (2,4%), em especial das PME e da indústria transformadora e extrativa (com uma taxa de variação anual (tva) de 6,2% em junho), mas também do comércio, alojamento e restauração (tva de 7,4% no mesmo período) e da construção e atividades imobiliárias (tva de 6,8%). Este aumento interrompeu a tendência de redução que se vinha a observar desde 2013.

Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rentabilidade das empresas em junho de 2020 face a dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos setores das indústrias, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas, associado à obtenção de novo crédito.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um aumento de 0,3% face a 2019, o que representa um aumento de 3,4% da população desempregada e uma diminuição de 2% da população empregada. Ainda assim, verificou-se uma diminuição de 10,3% dos desempregados de longa duração. Por região, o Algarve registou a maior taxa de desemprego (8,3%), seguido da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) tendo o Centro e o Alentejo registado as taxas mais baixas (5,6% e 5,9%, respetivamente). Em termos homólogos, o Algarve registou o maior crescimento do desemprego (+1,2%), e as únicas regiões onde se verificou uma diminuição do desemprego foram o Alentejo (-1,0%) e a Região Autónoma dos Açores (-1,8%).

As medidas de apoio às empresas – em particular o regime de layoff simplificado – e de apoio aos trabalhadores independentes, permitiram controlar os níveis de desemprego ao longo do ano. Estas medidas, em conjunto com o reforço dos estabilizadores automáticos juntamente com várias medidas de apoio direto ao consumo de bens de primeira necessidade e ainda os programas de moratória, contribuíram para a manutenção do rendimento e da estabilização social das famílias mais afetadas pela redução da atividade económica.

A alteração ao comportamento habitual das famílias levou a uma queda do consumo privado para 6,8%, segundo projeções do Banco de Portugal. Já o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2020 uma variação média anual nula, enquanto que o IHPC registou uma taxa de variação média de -0,1%.

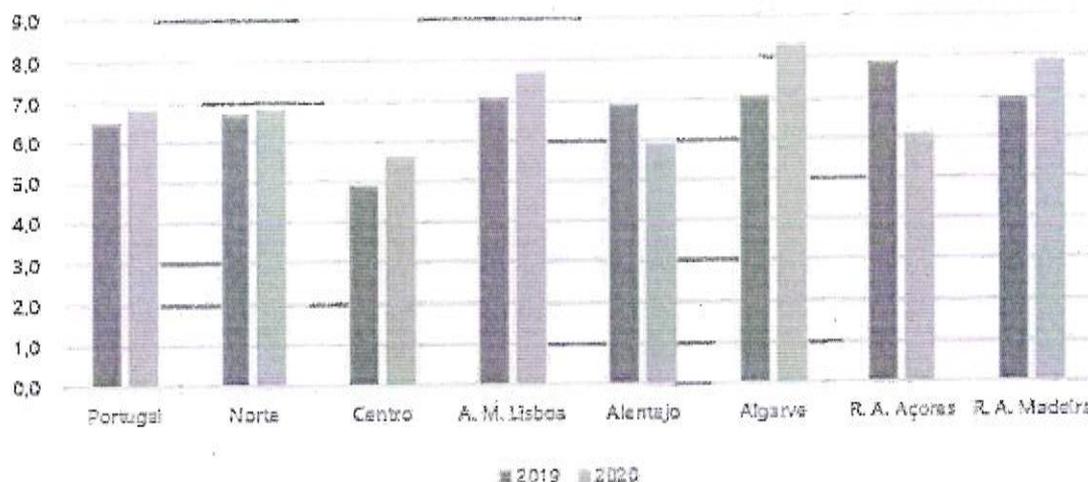
No primeiro semestre de 2020, a rentabilidade do sistema bancário português diminuiu para valores próximos de zero, situando-se em linha com a média da área do euro, tendo concorrido para este resultado o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Quanto às administrações públicas, no conjunto do primeiro semestre de 2020 registou-se um saldo de -5,4% do PIB, comparando com -1,2% em igual período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, o rácio de dívida pública situou-se em 130,6% do PIB, o que representa um aumento de 13,4% face a dezembro de 2019.

Na colocação de dívida de curto prazo, a taxa de juro média das emissões de bilhetes de Tesouro passou de -0,3% no primeiro semestre de 2020 para -0,5% no segundo semestre. Já nas emissões de longo prazo, a taxa de juro média da colocação de obrigações de Tesouro a 10 anos atingiu 0,8% na primeira metade de 2020, em contraste com os 0,3% verificados a partir de julho.

No primeiro semestre de 2020 observou-se uma redução de 8,6% da despesa com juros das administrações públicas face ao período homólogo. Adicionalmente, o impacto do pacote de estímulo para 2020 (2,7% do PIB) situou-se abaixo da estimativa para a média da área do euro (4% do PIB), o que resulta numa menor deterioração do saldo orçamental por esta via. Ainda assim, o elevado endividamento público representa uma vulnerabilidade no médio prazo.

Taxas de desemprego por região
INE, Estatísticas do Emprego, Fevereiro 2021



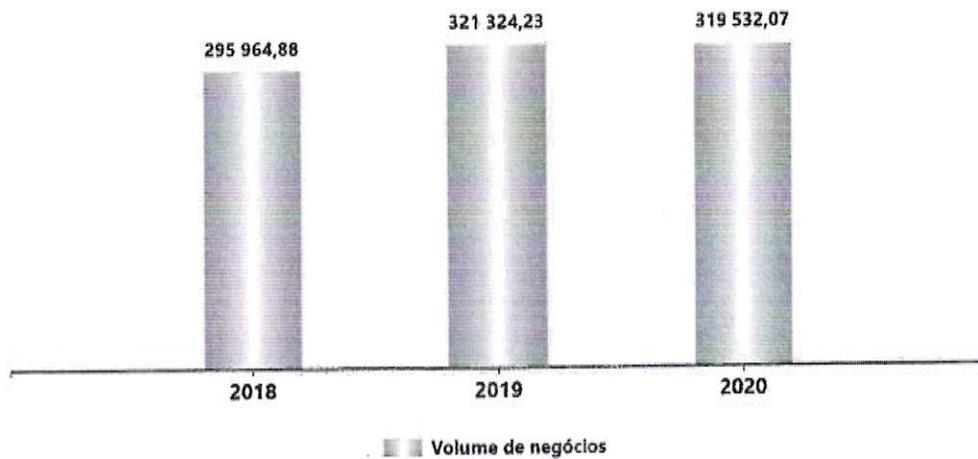
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2020 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 319 532,07 €, representando uma variação de (0,55)% relativamente ao ano anterior.

Handwritten signature

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos



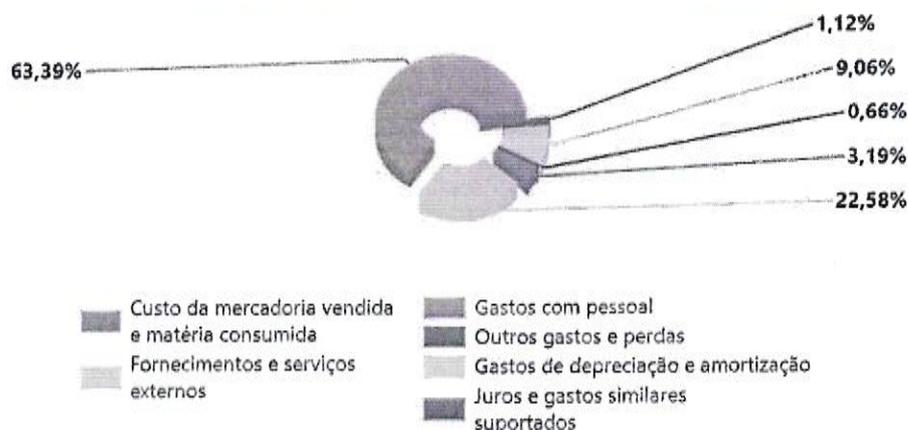
Como se pode verificar pela análise do gráfico da estrutura de rendimentos, a rubrica que merece maior relevância refere-se a "prestação de serviços" a qual engloba essencialmente quotas dos utilizadores, teve um ligeiro decréscimo comparado com o ano de 2019, isto porque a valência Creche esteve encerrada alguns meses devido à pandemia, tendo registado um valor em 2020 de 319.532,07 €, e de 321.324,23 € em 2019. A rubrica de "outros rendimentos" totalizou 334.968,75 €, decomposta por subsídios à exploração no valor de 277.143,76 € e outros rendimentos no valor de 57.824,99 €. A rubrica de outros rendimentos é subdividida em descontos de pronto pagamento obtidos, 0,06 €, indemnização de sinistros em investimentos não financeiros, 538,62 €, rendas do Bar, 2.100,00 €, correções de exercicios anteriores, 40,83 €, ganhos em subsídios para investimentos, 55.115,48 € e outros ganhos 30,00 €.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



O total de gastos incorridos no ano de 2020 no valor de 668.500,08 € registaram um decréscimo na ordem dos 5 %, face a 2019 que totalizaram a importância de 702.268,82 €.

Da análise à evolução dos gastos, constata-se que a rubrica de "gastos com o pessoal" foi a que teve maior impacto nos gastos, num total de 423.738,01 €, ao passo que em 2019 cifrou-se em 353.595,43 €, este aumento deveu-se à pandemia COVID-19, a qual nos levou a reforçar a nossa equipa e todos os meios disponíveis para a sua não propagação.

As seguintes rubricas também sofreram aumentos, a de "fornecimentos e serviços externos" passou de 145.741,79 € para 150.940,54 € e a de "outros gastos" de 2.462,19 € para 7.514,64 €.

As restantes rubricas diminuíram, a de "custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas", passou de 22.122,86 € para 21.354,79 €, a de "gastos de depreciação e amortização" de 160.405,43 € para 60.534,77 € e a rubrica de "juros e gastos suportados" passou de 17.941,12 € para 4.417,33 €.

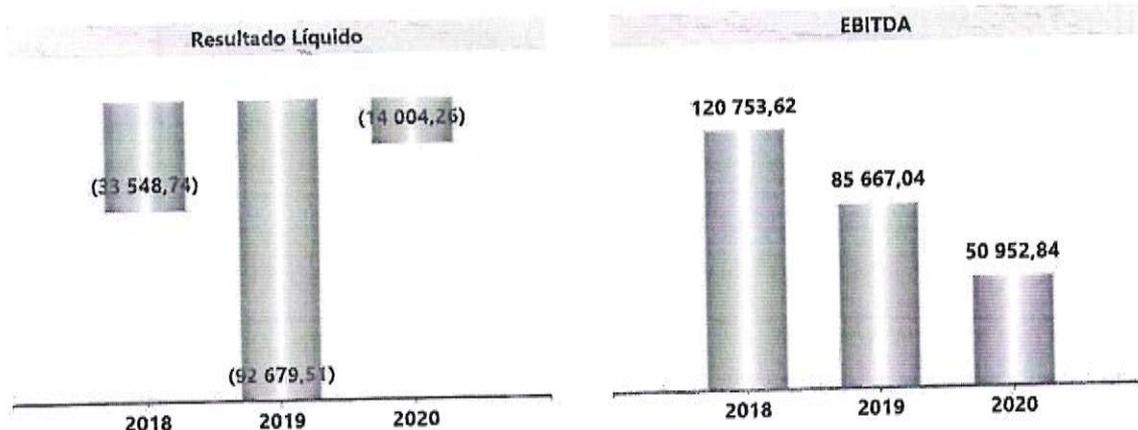
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO
2020**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

| RUBRICAS | PERIODOS | | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Gastos com Pessoal | 423 738,01 | 353 595,43 | 295 678,48 |
| Nº Médio de Pessoas | 35,00 | 30,00 | 26,00 |
| Gasto Médio por Pessoa | 12 106,80 | 11 786,51 | 11 372,25 |

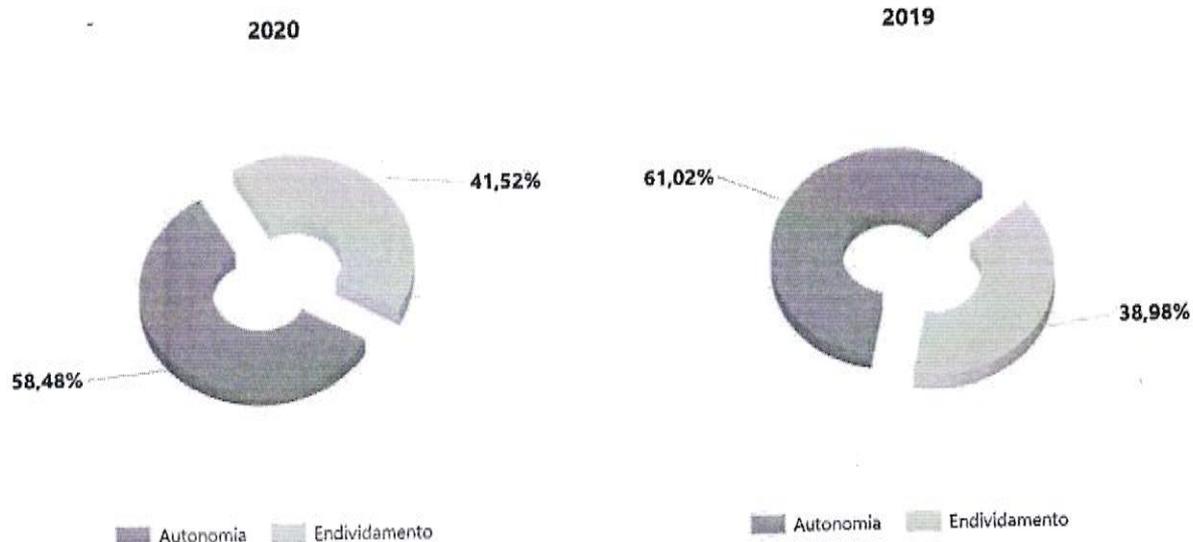
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



O EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) do exercício económico de 2020 apresenta um resultado positivo de 50.952,84 €.

O resultado líquido apurado neste exercício foi negativo em 14.004,26 €.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

| RUBRICAS | 2020 | | 2019 | |
|--------------------|---------------------|------|---------------------|------|
| Ativo não corrente | 1 384 517,62 | 93 % | 1 426 215,83 | 93 % |
| Ativo corrente | 104 738,39 | 7 % | 114 231,40 | 7 % |
| Total ativo | 1 489 256,01 | | 1 540 447,23 | |

| RUBRICAS | 2020 | | 2019 | |
|--|---------------------|------|---------------------|------|
| Capital Próprio | 870 894,71 | 58 % | 940 014,45 | 61 % |
| Passivo não corrente | 427 379,78 | 29 % | 390 954,79 | 25 % |
| Passivo corrente | 190 981,52 | 13 % | 209 477,99 | 14 % |
| Total Capital Próprio e Passivo | 1 489 256,01 | | 1 540 447,23 | |

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A CASA DO POVO DE ESCARIZ no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de -14 004,26€, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

- Resultados Transitados: 14.004,26 €

5 - Expetativas Futuras

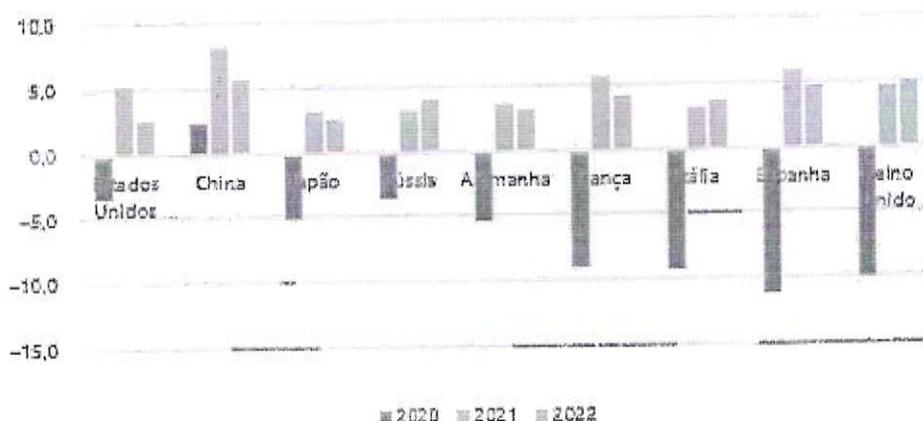
5.1. Cenário macroeconómico

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.

Crescimento PIB Real
(World Economic Outlook, janeiro 2020)



No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuírem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projeta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projeções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a atividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projeta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados

Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Conselho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projetando-se um crescimento mais rápido dos Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-COVID já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão manter-se abaixo dos seus valores pré-COVID durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem com a recuperação. É importante que os principais bancos centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro atuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste ano. Assim, para este ano o BCE projeta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para 7,8% em 2023, projetando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projeção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%.

Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projetada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da área do euro, à exceção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indiretos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas.

Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% em 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta

de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-COVID. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas. Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infecciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controle em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas -, o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos.

Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na atividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados níveis de dívida. Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações diretamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning. Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza.

Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios – tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspetivas de uma recuperação inclusiva.

Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo, dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas atualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável, principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objetivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

5.2 Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

O impacto sem precedentes da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abrutadas no valor de ativos financeiros, assim como uma correção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida

das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao setor bancário e ao setor privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a entidade mantenha o nível da atividade consolidado ao longo dos tempos.

6 - Outras Informações

A CASA DO POVO DE ESCARIZ não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a atividade futura da empresa seja afetada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da CASA DO POVO DE ESCARIZ.

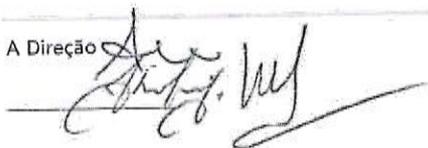
Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2020
(montantes em euros)

CASA DO POVO DE ESCARIZ

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|---|-----------|---------------------|---------------------|
| | | 2020 | 2019 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 1 374 418,03 | 1 417 973,53 |
| Ativos intangíveis | 5 | | 637,17 |
| Outros créditos e ativos não correntes | 10 | 10 099,59 | 7 605,13 |
| | | 1 384 517,62 | 1 426 215,83 |
| Ativo corrente | | | |
| Créditos a receber | 10 | 47 675,84 | 39 332,56 |
| Diferimentos | 10 | 717,36 | 4 635,34 |
| Caixa e depósitos bancários | 15 | 56 345,19 | 70 263,50 |
| | | 104 738,39 | 114 231,40 |
| Total do ativo | | 1 489 256,01 | 1 540 447,23 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | 12 | | |
| Fundos | 10 | 8 101,70 | 8 101,70 |
| Resultados transitados | | 278 541,12 | 371 220,63 |
| Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais | 9 | 598 256,15 | 653 371,63 |
| Resultado líquido do período | | (14 004,26) | (92 679,51) |
| Total dos fundos patrimoniais | | 870 894,71 | 940 014,45 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 6;10 | 427 379,78 | 390 954,79 |
| | | 427 379,78 | 390 954,79 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 10 | 52 885,72 | 34 474,64 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 6 648,28 | 7 444,76 |
| Financiamentos obtidos | 6;10 | 22 639,23 | 84 305,88 |
| Outros passivos correntes | 10;11 | 108 808,29 | 83 252,71 |
| | | 190 981,52 | 209 477,99 |
| Total do passivo | | 618 361,30 | 600 432,78 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 1 489 256,01 | 1 540 447,23 |

A Direção



Contabilista Certificado NP 23260

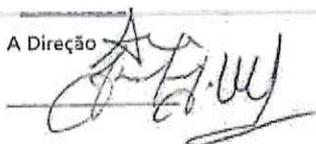


**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2020
(montantes em euros)**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODO | |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| | | 2020 | 2019 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | 10 | 319 532,07 | 321 323,58 |
| Pagamentos a fornecedores | 10 | 139 569,49 | 154 285,90 |
| Pagamentos ao pessoal | 11 | 410 472,05 | 352 911,70 |
| Caixa gerada pelas operações | | (230 509,47) | (185 874,02) |
| Outros recebimentos/pagamentos | 10 | 265 086,71 | 216 785,10 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 34 577,24 | 30 911,08 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| <i>Ativos fixos tangíveis</i> | 4 | 16 342,10 | 12 854,37 |
| <i>Investimentos financeiros</i> | 10 | 2 494,46 | 2 024,78 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| <i>Juros e rendimentos similares</i> | | | 35,49 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | (18 836,56) | (14 843,66) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| <i>Financiamentos obtidos</i> | 6 | 25 241,66 | 81 911,00 |
| <i>Juros e gastos similares</i> | 6 | 4 417,33 | 17 941,12 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | (29 658,99) | (99 852,12) |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | (13 918,31) | (83 784,70) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 70 263,50 | 154 048,20 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 56 345,19 | 70 263,50 |

A Direção



Contabilista Certificado nº 23260

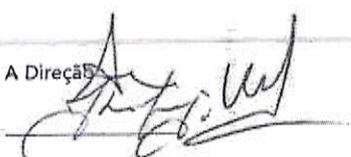


**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2020
(montantes em euros)**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-------|--------------------|--------------------|
| | | 2020 | 2019 |
| Vendas e serviços prestados | 8 | 319 532,07 | 321 324,23 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 9 | 277 143,76 | 222 671,48 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 7 | (21 354,79) | (22 122,86) |
| Fornecimentos e serviços externos | 8 | (150 940,54) | (145 741,79) |
| Gastos com o pessoal | 11 | (423 738,01) | (353 595,43) |
| Outros rendimentos | 8 | 57 824,99 | 65 593,60 |
| Outros gastos | 8 | (7 514,64) | (2 462,19) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 50 952,84 | 85 667,04 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4,5 | (60 534,77) | (160 405,43) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | (9 581,93) | (74 738,39) |
| Juros e gastos similares suportados | 6 | (4 417,33) | (17 941,12) |
| Resultado antes de impostos | | (13 999,26) | (92 679,51) |
| Imposto sobre o rendimento do período | | (5,00) | |
| Resultado líquido do período | | (14 004,26) | (92 679,51) |

A Direção



Contabilista Certificado N.º 23260



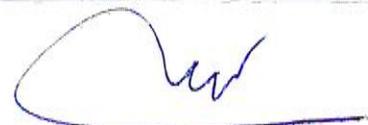


2020

RESULTADOS POR VALÊNCIAS

| Código das Contas | DESIGNAÇÃO | VALÊNCIAS | | | TOTAL |
|-------------------|---|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | | CRECHE | LAR | OUTRAS AT. SOCIAIS | |
| 71 | Vendas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 72 | Prestações | 24 005,82 | 295 526,25 | 0,00 | 319 532,07 |
| 721 | Matrículas e mensalidades | 24 005,82 | 295 370,25 | 0,00 | 319 376,07 |
| 722/9 | Outras | 0,00 | 156,00 | 0,00 | 156,00 |
| 74 | Trabalhos para a própria Instituição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 748 | Para autoconsumos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 741/5 | Para outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 781/8 | Rendimentos suplementares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 75 | Comparticipações e subsídios à exploração | 89 936,65 | 187 207,11 | 0,00 | 277 143,76 |
| 7513 | Segurança Social | 87 849,42 | 168 278,96 | 0,00 | 256 128,38 |
| 7515 | Autarquias | 500,00 | 4 500,00 | 0,00 | 5 000,00 |
| 7514 | FEDER | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7516 | Outras | 1 587,23 | 14 285,09 | 0,00 | 15 872,32 |
| 758 | De outras entidades | 0,00 | 143,06 | 0,00 | 143,06 |
| 7 | Outros proveitos operacionais | 5 782,51 | 52 042,48 | 0,00 | 57 824,99 |
| | Variação da produção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Subtotal (1) | 119 724,98 | 534 775,84 | 0,00 | 654 500,82 |
| 61 | Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas | 2 135,48 | 19 219,31 | 0,00 | 21 354,79 |
| 612 | Géneros alimentares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 61-61211 | Outros | 2 135,48 | 19 219,31 | 0,00 | 21 354,79 |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 12 325,74 | 138 614,80 | 0,00 | 150 940,54 |
| 6241/3 | Electricidade, combustível, água e outros fluidos | 3 128,20 | 28 153,60 | 0,00 | 31 281,80 |
| 6233 | Material de escritório | 240,12 | 2 075,36 | 0,00 | 2 315,48 |
| 6226/8 | Reparação, conserv adapt em equip edif | 1 734,61 | 15 529,96 | 0,00 | 17 264,57 |
| | Outros fornecimentos e serviços externos | 7 222,81 | 92 855,88 | 0,00 | 100 078,69 |
| 63 | Gastos com o pessoal | 95 748,93 | 327 989,08 | 0,00 | 423 738,01 |
| 63231 | Remunerações certas | 59 032,38 | 178 665,00 | 0,00 | 237 697,38 |
| 63232 | Remunerações adicionais | 21 285,28 | 91 105,83 | 0,00 | 112 391,11 |
| 6352 | Encargos sobre remunerações | 14 087,14 | 50 040,29 | 0,00 | 64 127,43 |
| 636 | Seguros | 517,57 | 4 657,91 | 0,00 | 5 175,48 |
| 638 | Outros custos com o pessoal | 826,56 | 3 520,05 | 0,00 | 4 346,61 |
| 64 | Gastos de depreciação e de amortização | 6 053,48 | 54 481,29 | 0,00 | 60 534,77 |
| 67 | Provisões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 681 | Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6813 | Taxas | 2,47 | 22,45 | 0,00 | 24,92 |
| 651 | Benefícios processados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 652 | Outros custos operacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 691 | Gastos de financiamento e outras perdas similares | 441,75 | 3 975,58 | 0,00 | 4 417,33 |
| 68 | Outros gastos e perdas | 253,50 | 7 236,22 | 0,00 | 7 489,72 |
| | Subtotal (2) | 116 961,35 | 551 538,73 | 0,00 | 668 500,08 |
| 81 | Resultados operacionais (1)-(2)=(3) | 2 763,63 | -16 762,89 | 0,00 | -13 999,26 |
| | Imposto sobre o rendimento do período | | | | -5,00 |
| | Resultado Líquido do período | | | | -14 004,26 |

* 62-(6211+62211/4+6233+6226)





MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG

Conta de Gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO: 2020 (1)

NESS: 20006890218

NIPC: 500938970

| CONTAS | DESCRIÇÕES | ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º | VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º | TAXA DE AMORTIZ.º | VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES | | | | | MOVIMENTOS NO ANO | | | SALDO | | | |
|--------|--|--------------------------------|---------------------------------------|-------------------|--|----------------|----------------|----------------|-----------|-------------------|-----------|--------------------|-------------------------|-----------|------------|-----------|
| | | | | | 1.º AO 3.º ANO | 4.º AO 5.º ANO | 6.º AO 7.º ANO | 8.º AO 9.º ANO | 10.º ANO | A débito | A crédito | VALOR LIQ. ANO N.º | VALOR LIQ. ANO N.º (14) | | | |
| | | | | | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11) | (12) |
| 593 | SUBSÍDIOS | | 0 | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 |
| 59 | Outros | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5931 | Pares-comparticipação-Empreend. A:Lar/Creche | | 742535,03 | | | | | | | | | | | | 484 398,76 | 43 022,71 |
| 5932 | Municípios-Comparticipação-Empreend.A:Lar/Creche | | 241354,00 | | | | | | | | | | | | 168 947,80 | 12 067,70 |
| 5933 | Proder | | 62580,76 | | | | | | | | | | | | 25,07 | 25,07 |
| | *** | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL SUBS. | | 1046469,79 | | | | | | | | | | | | 653 371,63 | 55 115,48 |
| 4 | INVESTIMENTO | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4332 | Edifício Lar e Creche | | 1901780,44 | 5% | 95089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 | 95 089,02 |
| 4333 | Equipamento Móvel | | 71989,13 | 16,66% | 11993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 | 11 993,39 |
| 4333 | Equipamento básico | | 92048,31 | 16,66% | 15335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 | 15 335,25 |
| | *** | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL DO INVESTIM. | | | | | | | | | | | | | | 598 256,15 | |

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados. Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento). As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: CASA DO POVO DE ESCARIZ
Número de identificação de pessoa coletiva: 500938970
Lugar da sede social: Rua do Lar - Escariz S. Martinho
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL, é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRL-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de Contas Específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

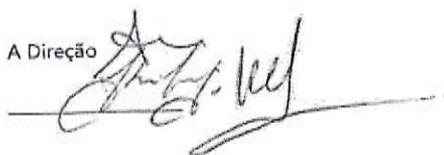
- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

A Direção



As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Eventualmente pode estar sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais

perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento

do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

| Descrição | Base Mensuração | Método Depreciação | Vida Útil | Taxa Depreciação |
|--------------------------------|-----------------|--------------------|--------------|------------------|
| Terrenos e recursos naturais | Método do custo | | | |
| Edifícios e outras construções | Método do custo | Quotas constantes | 50 a 10 anos | 2,00 - 10,00 |
| Equipamento básico | Método do custo | Quotas constantes | 8 a 4 anos | 12,50 - 25,00 |
| Equipamento de transporte | Método do custo | Quotas constantes | 4 anos | 25,00 |
| Equipamento administrativo | Método do custo | Quotas constantes | 6 a 3 anos | 16,66 - 33,33 |
| Equipamentos biológicos | | | | |
| Outros ativos fixos tangíveis | Método do custo | Quotas constantes | 6 anos | 16,66 |

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

| Descrição | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros AFT | AFT em curso | Adiantamento s AFT | TOTAL |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------|--------------|--------------------|---------------------|
| Valor bruto no início | 17 356,08 | 1 999 480,25 | 205 470,35 | 36 197,35 | 37 941,66 | | 10 407,43 | | | 2 306 853,12 |
| Depreciações acumuladas | | 618 699,55 | 164 647,86 | 36 197,35 | 36 953,74 | | 2 361,07 | | | 888 879,59 |
| Saldo no início do período | 17 356,08 | 1 350 780,70 | 40 822,47 | | 987,92 | | 8 026,36 | | | 1 417 973,53 |
| Variações do período | | (40 760,88) | (2 076,17) | | 454,87 | | (1 174,32) | | | (43 555,50) |
| Total de aumentos | | | 15 473,55 | | 868,55 | | | | | 16 342,10 |
| Aquisições em primeira mão | | | 15 473,55 | | 868,55 | | | | | 16 342,10 |
| Total diminuições | | 40 760,88 | 17 548,72 | | 413,68 | | 1 174,32 | | | 59 897,60 |
| Depreciações do período | | 40 760,88 | 17 548,72 | | 413,68 | | 1 174,32 | | | 59 897,60 |
| Saldo no fim do período | 17 356,08 | 1 310 019,82 | 38 747,30 | | 1 442,79 | | 6 852,04 | | | 1 374 418,03 |
| Valor bruto no fim do período | 17 356,08 | 1 999 480,25 | 220 943,90 | 36 197,35 | 38 810,21 | | 10 407,43 | | | 2 323 195,22 |
| Depreciações acumuladas no fim do período | | 689 460,43 | 182 196,60 | 36 197,35 | 37 367,42 | | 3 555,39 | | | 948 777,19 |

Quadro comparativo:

| Descrição | Terenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros AFT | AFT em curso | Adiantamentos AFT | TOTAL |
|---|-----------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|------------|--------------|-------------------|--------------|
| Valor bruto no início | 17 356,08 | 1 994 906,61 | 203 339,04 | 36 197,35 | 37 941,66 | | 4 258,01 | | | 2 293 998,75 |
| Depreciações acumuladas | | 512 243,67 | 148 285,75 | 30 961,72 | 36 413,44 | | 1 206,75 | | | 729 111,33 |
| Saldo no início do período | 17 356,08 | 1 482 662,94 | 55 053,29 | 5 235,63 | 1 528,22 | | 3 051,26 | | | 1 564 887,42 |
| Variações do período | | (131 882,24) | (14 230,82) | (5 235,63) | (540,30) | | 4 975,10 | | | (146 913,89) |
| Total de aumentos | | 4 573,64 | 2 131,31 | | | | 6 149,42 | | | 12 854,37 |
| Aquisições em primeira mão | | 4 573,64 | 2 131,31 | | | | 6 149,42 | | | 12 854,37 |
| Total diminuições | | 136 455,88 | 16 362,13 | 5 235,63 | 540,30 | | 1 174,32 | | | 159 768,26 |
| Depreciações do período | | 136 455,88 | 16 362,13 | 5 235,63 | 540,30 | | 1 174,32 | | | 159 768,26 |
| Outras transferências | | 0,00 | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Saldo no fim do período | 17 356,08 | 1 350 780,70 | 40 822,47 | | 987,92 | | 8 026,36 | | | 1 417 973,53 |
| Valor bruto no fim do período | 17 356,08 | 1 999 480,25 | 205 470,35 | 36 197,35 | 37 941,66 | | 10 407,43 | | | 2 306 853,12 |
| Depreciações acumuladas no fim do período | | 648 699,55 | 164 647,88 | 36 197,35 | 36 953,74 | | 2 381,07 | | | 888 879,59 |

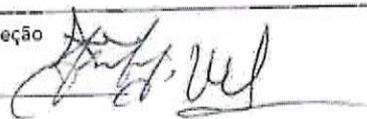
5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

| Descrição | Base Mensuração | Método Depreciação | Vida Útil | Taxa Depreciação |
|-----------------------------|-----------------|--------------------|-----------|------------------|
| Goodwill | | | | |
| Projetos de desenvolvimento | | | | |
| Programas de computadores | Método do custo | Quotas constantes | 3 anos | 33,33 |
| Propriedade industrial | | | | |
| Outros ativos intangíveis | | | | |

5.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:




| Descrição | Trespasse | Projetos desenvolvidos | Programas de computador | Propriedade Industrial | Outros ativos intangíveis | Ativos Intangíveis em curso | Adiantamentos at. Intangíveis | TOTAL |
|--|-----------|------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------|
| TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | |
| Valor bruto total no fim do período | | | 1.911,42 | | | | | 1.911,42 |
| Amortizações acumuladas totais no fim do período | | | 1.911,42 | | | | | 1.911,42 |
| VIDA ÚTIL INDEFINIDA | | | | | | | | |
| Saldo no início do período | | | | | | | | |
| Valor líquido no fim do período | | | | | | | | |
| VIDA ÚTIL DEFINIDA | | | | | | | | |
| Valor bruto no início | | | 1.911,42 | | | | | 1.911,42 |
| Amortizações acumuladas | | | 1.274,25 | | | | | 1.274,25 |
| Saldo no início do período | | | 637,17 | | | | | 637,17 |
| Variações do período | | | | | | | | |
| Total de aumentos | | | | | | | | |
| Amortizações do período | | | 637,17 | | | | | 637,17 |
| Total diminuições | | | 637,17 | | | | | 637,17 |
| Saldo no final do período | | | | | | | | |

6 - Custos de empréstimos obtidos

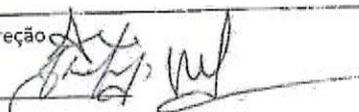
6.1. Política contábilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

| Descrição | Valor contratual do empréstimo | Valor Corrente Empréstimo | Valor Não Corrente Empréstimo | Total custos anuais emp.obt. | Juros suportados anuais emp.obt. | Dispêndios com ativo | Taxa capitalização utilizada | Custos emp.capitalizados | Custos emp.em gastos |
|--|--------------------------------|---------------------------|-------------------------------|------------------------------|----------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------------------|----------------------|
| Empréstimos genéricos | | | | | | | | | |
| Empréstimos específicos | 450.019,01 | 22.639,23 | 427.379,78 | 4.417,33 | 4.417,33 | | | | |
| Instituições de crédito e sociedades financeiras | 450.019,01 | 22.639,23 | 427.379,78 | 4.417,33 | 4.417,33 | | | | |
| Total dos Empréstimos | 450.019,01 | 22.639,23 | 427.379,78 | 4.417,33 | 4.417,33 | | | | |

Quadro comparativo:

| Descrição | Valor contratual do empréstimo | Valor Corrente Empréstimo | Valor Não Corrente Empréstimo | Total custos anuais emp.obt. | Juros suportados anuais emp.obt. | Dispêndios com ativo | Taxa capitalização utilizada | Custos emp.capitalizados | Custos emp.em gastos |
|--|--------------------------------|---------------------------|-------------------------------|------------------------------|----------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------------------|----------------------|
| Empréstimos genéricos | | | | | | | | | |
| Empréstimos específicos | 475.260,67 | 84.305,88 | 390.954,79 | 17.941,12 | 17.941,12 | | | | |
| Instituições de crédito e sociedades financeiras | 475.260,67 | 84.305,88 | 390.954,79 | 17.941,12 | 17.941,12 | | | | |
| Total dos Empréstimos | 475.260,67 | 84.305,88 | 390.954,79 | 17.941,12 | 17.941,12 | | | | |

6.2. Outras divulgações




| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|--|-----------------|---------------------|
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros e gastos similares suportados | 4 417,33 | 17 941,12 |
| Juros de financiamentos suportados | 4 417,33 | 17 941,12 |
| Juros de empréstimos bancários | 3 830,50 | 17 941,12 |
| Juros de locações financeiras | 586,83 | 748,06 |
| Outros juros de financiamentos obtidos | | (748,06) |

7 - Inventários

7.1. Quantia escriturada de inventários

| Descrição | Mercadorias | Mat. Primas e Subsid. | Total Período | Mercadorias Per. Anterior | Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior | Total Per. Anterior |
|---|-------------|-----------------------|------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------------|
| APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS | | | | | | |
| Inventários Iniciais | | | | | | |
| Compras | | 21 354,79 | 21 354,79 | | 22 122,86 | 22 122,86 |
| Reclassificação e regularização de inventários | | | | | | |
| Inventários finais | | | | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | | 21 354,79 | 21 354,79 | | 22 122,86 | 22 122,86 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | | | | |

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|-----------------------|-------------------|---------------------|
| Prestação de serviços | 319 532,07 | 321 324,23 |
| Juros | | 35,49 |
| Outros réditos | 334 968,75 | 288 229,59 |
| Total | 654 500,82 | 609 589,31 |

8.2. Quantia de cada categoria significativa de réditto reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

| Nome | Valor |
|--|------------------|
| Outros rendimentos e ganhos: | |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,06 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros: | |
| Sinistros - indemnização | 538,62 |
| Rendas do Bar | 2 100,00 |
| Correções exercícios anteriores | 40,83 |
| Excesso estimativa para impostos | 9,33 |
| Imputação de subsídios para investimentos | 55 115,48 |
| Outros não especificados | 20,67 |
| Total | 57 824,99 |

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|---|-------------------|---------------------|
| Serviços especializados | 38 833,12 | 51 663,70 |
| Trabalhos especializados | 18 591,05 | 18 882,90 |
| Honorários | 2 977,50 | 13 561,00 |
| Conservação e reparação | 13 814,36 | 9 280,96 |
| Outros | 3 450,21 | 9 938,84 |
| Materiais | 21 566,93 | 14 222,74 |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 4 665,57 | 4 112,31 |
| Material de escritório | 2 315,48 | 3 625,23 |
| Artigos para oferta | 351,67 | |
| Outros | 14 236,21 | 6 485,20 |
| Energia e fluidos | 31 281,80 | 27 400,44 |
| Electricidade | 19 039,04 | 16 012,23 |
| Combustíveis | 10 898,24 | 1 665,67 |
| Água | 1 344,52 | 1 539,81 |
| Outros | | 8 182,73 |
| Deslocações, estadas e transportes | 7 075,62 | 6 723,97 |
| Deslocações e estadas | 6 771,18 | 6 413,97 |
| Outros | 304,44 | 310,00 |
| Serviços diversos | 52 181,07 | 45 730,94 |
| Rendas e alugueres | 17 461,83 | 17 234,52 |
| Comunicação | 2 353,36 | 2 587,62 |
| Seguros | 4 414,70 | 3 930,48 |
| Contencioso e notariado | 138,00 | |
| Despesas de representação | 50,00 | |
| Limpeza, higiene e conforto | 27 763,18 | 21 978,32 |
| Total | 150 940,54 | 145 741,79 |

8.4. Outras divulgações sobre gastos

| Nome | Valor |
|---|-----------------|
| Outros gastos e perdas: | |
| Impostos | 24,92 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 7 469,24 |
| Outros gastos | 20,48 |
| Total | 7 514,64 |

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

| Descrição | Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant. | Do Estado - Valor Atribuído Período | Do Estado - Valor Imputado Período | Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant. | Outras Ent. - Valor Atribuído Período | Outras Ent. - Valor Imputado Período | Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant. | Das Quais UE - Valor Atribuído Período | Das Quais UE - Valor Imputado Período |
|--|------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--|---------------------------------------|
| Subsídios ao investimento | 653 371,63 | 55 115,48 | 55 115,48 | | | | | | |
| Para ativos fixos tangíveis | 653 371,63 | 55 115,48 | 55 115,48 | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 484 398,76 | 43 022,71 | 43 022,71 | | | | | | |
| Equipamento básico | 168 947,80 | 12 067,70 | 12 067,70 | | | | | | |
| Equipamento de transporte | 25,07 | 25,07 | 25,07 | | | | | | |
| Para ativos intangíveis | | | | | | | | | |
| Para outras naturezas de ativos | | | | | | | | | |
| Subsídios à exploração | 201 836,51 | 277 000,70 | 277 000,70 | 1 500,00 | 143,06 | 143,06 | | | |
| Valor dos reembolsos efetuados no período | | | | | | | | | |
| De subsídios ao investimento | | | | | | | | | |
| De subsídios à exploração | | | | | | | | | |
| Total | 855 208,14 | 332 116,18 | 332 116,18 | 1 500,00 | 143,06 | 143,06 | | | |

Quadro comparativo:

| Descrição | Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant. | Do Estado - Valor Atribuído Período | Do Estado - Valor Imputado Período | Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant. | Outras Ent. - Valor Atribuído Período | Outras Ent.- Valor Imputado Período | Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant. | Das Quais UE - Valor Atribuído Período | Das Quais UE - Valor Imputado Período |
|--|--|--|---|---|--|--|---|---|--|
| Subsídios ao investimento | 718 887,99 | 65 516,36 | 65 516,36 | | | | | | |
| Para ativos fixos tangíveis | 718 887,99 | 65 516,36 | 65 516,36 | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 517 881,92 | 47 077,59 | 47 077,59 | | | | | | |
| Equipamento básico | 179 297,86 | 16 520,47 | 16 520,47 | | | | | | |
| Equipamento de transporte | 21 708,21 | 1 918,30 | 1 918,30 | | | | | | |
| Para ativos Intangíveis | | | | | | | | | |
| Para outras naturezas de ativos | | | | | | | | | |
| Subsídios à exploração | 201 836,51 | 222 671,48 | 222 671,48 | 1 500,00 | | | | | |
| Valor dos reembolsos efetuados no período | | | | | | | | | |
| De subsídios ao investimento | | | | | | | | | |
| De subsídios à exploração | | | | | | | | | |
| Total | 920 724,50 | 288 187,84 | 288 187,84 | 1 500,00 | | | | | |

10 - Instrumentos financeiros

- 10.1. **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:**

| Descrição | Saldo inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|---|---------------------|---------|---------------------|-------------------|
| Capital | 8 101,70 | | | 8 101,70 |
| Resultados transitados | 371 220,63 | | (92 679,51) | 278 541,12 |
| Outras variações nos capitais próprios | 653 371,63 | | (55 115,48) | 598 256,15 |
| Subsídios | 653 371,63 | | (55 115,48) | 598 256,15 |
| Total | 1 032 693,96 | | (147 794,99) | 884 898,97 |

Quadro comparativo:

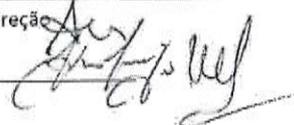
| Descrição | Saldo inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|---|---------------------|---------|--------------------|---------------------|
| Capital | 8 101,70 | | | 8 101,70 |
| Resultados transitados | 404 769,37 | | (33 548,74) | 371 220,63 |
| Outras variações nos capitais próprios | 718 887,99 | | (65 516,36) | 653 371,63 |
| Subsídios | 718 887,99 | | (65 516,36) | 653 371,63 |
| Total | 1 131 759,06 | | (99 065,10) | 1 032 693,96 |

- 10.2. **Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:**

| Entidade Financeira | Detalhes da garantia | Montante |
|------------------------------|-----------------------|------------|
| CGD | Hipoteca sobre Imóvel | 950 000,00 |
| RCI Banque Sucursal Portugal | Veículo automóvel | 50 320,47 |

- 10.3. **Outros créditos e ativos não correntes**

A Direção




| Nome | Valor |
|----------------------------------|-----------|
| Outros investimentos financeiros | |
| Fundo compensação trabalho | 10 099,59 |

11 - Benefícios dos empregados

11.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

| Descrição | Nº Médio de Pessoas | Nº de Horas Trabalhadas | Nº Médio de Pessoas Per. Anterior | Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior |
|--|---------------------|-------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| Pessoas ao serviço da empresa | 35,00 | 46 812,00 | 30,00 | 44 892,00 |
| Pessoas remuneradas | 35,00 | 46 812,00 | 30,00 | 44 892,00 |
| Pessoas não remuneradas | | | | |
| Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário | 35,00 | 46 812,00 | 30,00 | 44 892,00 |
| Pessoas a tempo completo | 35,00 | 46 812,00 | 30,00 | 44 892,00 |
| (das quais pessoas remuneradas) | 35,00 | 46 812,00 | 30,00 | 44 892,00 |
| Pessoas na tempo parcial | | | | |
| (das quais pessoas remuneradas) | | | | |
| Pessoas ao serviço da empresa por sexo | 35,00 | 46 812,00 | 30,00 | 44 892,00 |
| Masculino | 1,00 | 1 774,00 | 1,00 | 1 765,00 |
| Feminino | 34,00 | 45 038,00 | 29,00 | 43 127,00 |
| Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D | | | | |
| Prestadores de serviços | | | | |
| Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário | | | | |

11.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|--|-------------------|---------------------|
| Gastos com o pessoal | 423 738,01 | 353 595,43 |
| Remunerações do pessoal | 350 088,49 | 290 197,37 |
| Encargos sobre as remunerações | 64 127,43 | 59 121,98 |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 5 175,48 | 4 245,11 |
| Outros gastos com o pessoal, dos quais: | 4 346,61 | 30,97 |
| - formação | 1 841,49 | |
| - fardamento | 2 505,12 | 30,97 |

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1. Informação por atividade económica

| Descrição | Atividade CAE 1 | Atividade CAE 2 | Total |
|--|-----------------|-----------------|--------------|
| Vendas | | | |
| Prestações de serviços | 24 005,82 | 295 526,25 | 319 532,07 |
| Compras | 2 135,48 | 19 219,31 | 21 354,79 |
| Fornecimentos e serviços externos | 12 325,74 | 138 014,80 | 150 340,54 |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 2 135,48 | 19 219,31 | 21 354,79 |
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 2 135,48 | 19 219,31 | 21 354,79 |
| Número médio de pessoas ao serviço | 7,00 | 28,00 | 35,00 |
| Gastos com o pessoal | 95 748,93 | 327 989,08 | 423 738,01 |
| Remunerações | 80 317,06 | 269 770,83 | 350 087,89 |
| Outros gastos | 15 431,27 | 58 218,25 | 73 649,52 |
| Ativos fixos tangíveis | | | |
| Valor líquido final | 137 441,80 | 1 236 976,23 | 1 374 418,03 |
| Total das aquisições | 14 315,25 | 2 026,85 | 16 342,10 |
| Propriedades de investimento | | | |

Quadro comparativo:

| Descrição | Atividade CAE 1 | Atividade CAE 2 | Total |
|--|-----------------|-----------------|--------------|
| Vendas | | | |
| Prestações de serviços | 20 526,50 | 300 797,73 | 321 324,23 |
| Compras | 2 212,29 | 19 910,57 | 22 122,86 |
| Fornecimentos e serviços externos | 14 930,07 | 130 811,72 | 145 741,79 |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 2 212,29 | 19 910,57 | 22 122,86 |
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 2 212,29 | 19 910,57 | 22 122,86 |
| Número médio de pessoas ao serviço | 6,00 | 24,00 | 30,00 |
| Gastos com o pessoal | 115 444,45 | 238 150,98 | 353 595,43 |
| Remunerações | 95 347,31 | 194 850,06 | 290 197,37 |
| Outros gastos | 20 097,14 | 43 300,92 | 63 398,06 |
| Ativos fixos tangíveis | | | |
| Valor líquido final | 143 864,78 | 1 274 106,75 | 1 417 971,53 |
| Total das aquisições | 2 947,65 | 9 906,71 | 12 854,37 |
| (das quais edifícios e outras construções) | 1 846,91 | 2 726,73 | 4 573,64 |
| Propriedades de investimento | | | |

12.2. Informação por mercado geográfico

| Descrição | Mercado Interno | Comunitário | Extra-comunitário | Total |
|--------------------------------------|-----------------|-------------|-------------------|------------|
| Vendas | | | | |
| Prestações de serviços | 319 532,07 | | | 319 532,07 |
| Compras | 21 354,79 | | | 21 354,79 |
| Fornecimentos e serviços externos | 150 940,54 | | | 150 940,54 |
| Aquisições de ativos fixos tangíveis | 16 342,10 | | | 16 342,10 |
| Rendimentos suplementares: | | | | |

Quadro comparativo:

| Descrição | Mercado Interno | Comunitário | Extra-comunitário | Total |
|--------------------------------------|-----------------|-------------|-------------------|------------|
| Vendas | | | | |
| Prestações de serviços | 321 324,23 | | | 321 324,23 |
| Compras | 22 122,86 | | | 22 122,86 |
| Fornecimentos e serviços externos | 145 741,79 | | | 145 741,79 |
| Aquisições de ativos fixos tangíveis | 12 854,37 | | | 12 854,37 |
| Rendimentos suplementares: | | | | |

12.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Casa do Povo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

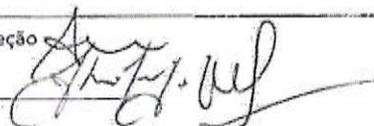
Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 - Locações

13.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

| Descrição | Ativos intangíveis | Ativos fixos tangíveis | Propriedades de investimento | Total | Locações Operacionais |
|--|--------------------|------------------------|------------------------------|-----------------|-----------------------|
| Valor Bruto | | 9 654,53 | | 9 654,53 | |
| Depreciações/Amortizações acumuladas | | 2 264,76 | | 2 264,76 | |
| Saldo no fim do período | | 7 389,77 | | 7 389,77 | |
| Total dos futuros pagamentos mínimos | | 7 389,77 | | 7 389,77 | |
| Até um ano | | 3 089,88 | | 3 089,88 | |
| De um a cinco anos | | 4 299,89 | | 4 299,89 | |
| Mais de cinco anos | | | | | |
| Valor atual do total dos futuros pag. mínimos | | 6 520,23 | | 6 520,23 | |
| Até um ano | | 2 523,96 | | 2 523,96 | |
| De um a cinco anos | | 3 996,27 | | 3 996,27 | |
| Mais de cinco anos | | | | | |

14 - Impostos e contribuições




14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|---|--------------------|---------------------|
| Resultado antes de impostos do período | (13 999,26) | (92 679,51) |
| Imposto corrente | 5,00 | |
| Imposto diferido | | |
| Imposto sobre o rendimento do período | 5,00 | |
| Tributações autónomas | 5,00 | |
| Taxa efetiva de imposto | (0,03) | |

14.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

| Descrição | Saldo Devedor | Saldo Credor | Saldo Devedor Período Anterior | Saldo Credor Período Anterior |
|--|---------------|-----------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Imposto sobre o rendimento | | 5,00 | | |
| Imposto estimado | | 5,00 | | |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | | 351,00 | | 835,00 |
| Contribuições para a Segurança Social | | 6 074,14 | | 6 367,97 |
| Outras tributações | | 218,14 | | 241,79 |
| Total | | 6 648,28 | | 7 444,76 |

15 - Fluxos de caixa

15.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

| Descrição | Saldo Inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|----------------------------|------------------|---------------------|---------------------|------------------|
| Caixa | 102,57 | 335 474,20 | 334 986,67 | 590,10 |
| Depósitos à ordem | 20 160,93 | 970 331,78 | 939 737,62 | 50 755,09 |
| Outros depósitos bancários | 50 000,00 | | 45 000,00 | 5 000,00 |
| Total | 70 263,50 | 1 305 805,98 | 1 319 724,29 | 56 345,19 |

Quadro comparativo:

| Descrição | Saldo Inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|----------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|------------------|
| Caixa | | 359 251,33 | 359 148,76 | 102,57 |
| Depósitos à ordem | 34 048,20 | 845 294,93 | 859 182,20 | 20 160,93 |
| Outros depósitos bancários | 120 000,00 | 190 000,00 | 260 000,00 | 50 000,00 |
| Total | 154 048,20 | 1 394 546,26 | 1 478 330,96 | 70 263,50 |